

O imperador como vilão: A representação de Pedro II no romance *As Joias da Coroa* (1882), de Raul Pompeia

The Emperor as The Villain: The Representation of Pedro II in Raul Pompeia's Novel As Joias da Coroa (1882)

Larissa de Assumpção

Universidade de São Paulo (USP)

São Paulo | SP | Brasil

larissadeassumpcao@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-2449-4458>

Resumo: O objetivo deste texto é analisar a narrativa *As Joias da Coroa* (1882), de Raul Pompeia, de modo a compreender a representação do imperador Pedro II como vilão nesse romance. A análise utilizará como base a narrativa de Pompeia, publicada pela primeira vez em folhetim no periódico *Gazeta de Notícias* entre os meses de março e maio de 1882, bem como as notícias sobre um roubo de joias da Família Imperial que foram veiculadas no periódico nesse mesmo período. Ao longo do artigo, três aspectos principais serão considerados: o contexto histórico em que a obra foi publicada, os acontecimentos que envolveram o roubo real das joias da coroa e a maneira como isso foi mobilizado pelo autor para compor a narrativa. No final, conclui-se que Raul Pompeia uniu, nesse romance, a imagem do imperador veiculada em discursos republicanos sobre Pedro II, as polêmicas envolvendo o roubo das joias e algumas características do romance-folhetim para compor uma narrativa em que as características negativas associadas ao império e à figura do imperador fossem criticadas e expostas aos leitores.

Palavras-chave: Raul Pompeia; *As Joias da Coroa*; folhetim; Família Imperial; Pedro II.

Abstract: The objective of this text is to analyze aspects related to the construction of Raul Pompeia's novel *As Joias da Coroa* in order to understand the representation of Emperor Pedro II as the villain in this novel. The analysis will be based on Pompeia's narrative, first published as a *feuilleton* in the newspaper *Gazeta de Notícias* bet-



ween March and May 1882, as well as reports of an actual theft of jewels from the Imperial Family, which were published in this newspaper during the same period. Throughout the article, three main aspects will be considered: the historical context in which the work was published, the events surrounding the actual theft of the crown jewels, and the way in which this was used by the author to compose the narrative. It is concluded that Raul Pompeia combined, in this novel, the image of the emperor conveyed in republican speeches about Pedro II, the controversies surrounding the theft of the jewels, and some characteristics of the serial novel to compose a narrative in which the negative characteristics associated with the empire and the figure of the emperor were criticized and exposed to the Brazilian readers.

Keywords: Raul Pompeia; As Joias da Coroa; folhetim; Família Imperial; Pedro II.

A circulação e a recepção de obras literárias estão intimamente relacionadas ao suporte em elas foram publicadas. Nas palavras de Roger Chartier (1998, p. 17), seria importante considerar, “contra a representação elaborada pela própria literatura e retomada pela mais quantitativa das histórias do livro – segundo a qual o texto existe em si mesmo, isolado de toda a materialidade”, que “não há texto fora do suporte que o dá a ler” e que “não existe a compreensão de um texto, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele atinge o seu leitor”.

Por esse motivo, o estudo do suporte em que determinados livros foram publicados pode trazer indícios sobre seus leitores, sobre sua recepção e sobre o seu contexto de publicação. No século XIX, a imprensa teve grande destaque como um veículo de transmissão de ideias, de notícias, de anúncios e de textos literários. Foi nesse período que o jornal, antes acessível apenas à elite, democratizou-se e constituiu, para um grande maioria da população, “não somente a leitura essencial, mas também a principal representação textual do mundo” (Thérenty, 2015, p. 122). Marie-Eve Thérenty (2015, p. 122) caracteriza esse tipo de publicação como um bloco textual, que “pretende descrever exaustivamente o mundo contemporâneo por meio de um sistema de rubricas variadas”, o que faria dele “uma máquina única de fabricar textos a partir do real”, abordando assuntos que vão desde detalhes cotidianos até acontecimentos políticos. Especialmente a partir do século XIX, seu conteúdo passou a atingir um vasto público, que encontrava nele não somente informações sobre fatos que se passavam em diferentes localidades, mas também obras de prosa ficcional, publicadas normalmente na seção do rodapé e identificadas como *romances-folhetim*.

Esse tipo de narrativa ficcional em prosa – assim como os romances, contos e novelas publicados em volumes – alcançou um grande sucesso de público a partir do final do século

XIX, circulando em diferentes países por meio de um amplo trajeto de importação e de exportação de materiais impressos (Abreu, 2008; Abreu, 2016). Sua publicação normalmente era feita de maneira seriada, e a sua presença nos periódicos conferiu a ela características específicas: as obras geralmente apareciam em “em fatias, geralmente cotidianas”, em um espaço “tradicionalmente reservado à parte literária” (Thérenty, 2015, p. 122).

Essa realidade fez com que o texto de ficção tomasse emprestado do jornal o seu espaço panorâmico, tentando responder às necessidades e às expectativas de diferentes públicos, por meio da mistura, por exemplo, do “exótico com o cotidiano [...] [e do] crime com os rituais do dia a dia” (Thérenty, 2015, p. 124). Os autores das narrativas faziam isso por meio do empréstimo de temas de outras rubricas do jornal, como os crimes e os acontecimentos narrados nos *fait divers*, bem como dos assuntos cotidianos que permeavam as crônicas e as reportagens. A influência das rubricas na literatura publicada no jornal modificou, ainda, a delimitação que separava a ficção da realidade, pois a barreira dos textos referenciais do jornal, “materializada pela linha que separa o rodapé do alto da página”, mostrava-se muito permeável (Thérenty, 2015, p. 124). Foi por esse motivo que o romance-folhetim passou a incluir em seu conteúdo problemáticas importadas do alto da página.

No Brasil, o gênero fez bastante sucesso (Meyer, 1996). Segundo Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca (2012, p. 83), em meados do século XIX, esse tipo de publicação se impôs como um chamariz para ampliar a circulação dos jornais, interessando comercialmente como atração na primeira página. A característica da seriação, que estimulava a espera pela leitura seguinte, “garantia o consumo da publicação enquanto lá se encontrasse, de suspense em suspense, o enredo instigante com os lances rocambolescos pertinentes” (Martins; De Luca, 2012, p. 83).

Muitas dessas narrativas que vinham à luz no Brasil tinham origem na França.¹ Publicadas inicialmente em periódicos estrangeiros, elas eram rapidamente traduzidas e veiculadas – às vezes somente alguns meses após sua publicação original (Mendes, 2008) – em rodapés de jornais brasileiros. Algumas outras, como é o caso daquela que será analisada neste texto, eram produzidas diretamente no Brasil e, por isso, recuperavam de maneira mais direta o contexto social e político brasileiro.

A narrativa *As Joias da Coroa* veio à luz ao longo de 25 números do periódico *Gazeta de Notícias*, veiculados entre os dias 30 de março e 10 de maio de 1882. Nesse período, Pompeia já se identificava com algumas ideias republicanas e, por isso, tirou proveito da imagem socialmente desgastada do imperador, afetada por um polêmica roubo de joias da coroa, para construir um romance-folhetim que refletia ideias negativas sobre o monarca.

1 A representação de Pedro II ao longo do século XIX²

Para compreender a representação do imperador na narrativa criada por Pompeia, cabe entender o papel da imprensa na construção da imagem pública de Pedro II, muito mencionada em periódicos, biografias, ilustrações e obras ficcionais. Desde o seu nascimento, ocor-

¹ Sobre a relevância da França para o mercado editorial do século XIX, ver: Casanova, 2002.

² Este trabalho é resultado de pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2023/07967-6, e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

rido em 1825, houve um esforço para que a imagem de um monarca sábio, coerente, mecenas das artes e apto a governar o país fosse associada a ele (Schwarcz, 1998). A representação do imperador como aquele que traria esperança para o futuro do Brasil foi fortemente reforçada durante a sua infância, principalmente após a abdicação de seu pai, Pedro I – ocorrida em abril de 1831, quando ele contava com apenas cinco anos –, que o transformou no próximo soberano do império. Na ocasião, foi publicado, no *Jornal do Commercio*, um texto em que se lia: “Concidadãos! Já temos Pátria; temos hum Monarca, símbolo da vossa união e da integridade do Império, que, educado entre nós, receba quase no berço as primeiras lições da Liberdade Americana e aprenda a amar o Brasil que o viu nascer” (*Jornal do Commercio*, 1831, p. 4).³

A oposição entre Pedro I e seu filho, que seria criado de maneira a agir pelo interesse dos brasileiros, continuou a ocorrer ao longo do tempo e era bastante divulgada em periódicos do período. Ainda na década de 1830, o marquês de Itanhaém, tutor do jovem monarca, divulgou publicamente várias informações relativas ao progresso de Pedro II nos estudos. Em uma nota publicada no *Correio Oficial* em 27 de maio de 1839, por exemplo, o tutor afirmou que o ensino do monarca estava ocorrendo de maneira muito satisfatória e que ele estava feliz por o país possuir príncipes tão dignos de garantir sua prosperidade futura (Itanhaém, 1839, p. 2).

Na segunda metade do século XIX, periódicos republicanos passaram a publicar cada vez mais opiniões negativas sobre a monarquia. Entre eles, estavam títulos como *O Argos*, *O Futuro*, *O amigo do Povo*, o *Voluntário da Pátria*, *A República Federativa*, o *Seis de Março*, *A República*, o *Correio Paulistano*, *Jornal do Brasil*, *O País*, *A Gazeta de Campinas* e o *Paulista*.⁴ Nessas publicações, eram transmitidas ideias que colocavam em cheque a aptidão do monarca para governar o país, e esse tipo de notícia ganhou força especialmente após a década de 1870, quando teve lugar na imprensa uma série de denúncias dos gastos da Coroa, bem como críticas relacionadas à responsabilidade que a monarquia teria pelo prolongamento desgastante da Guerra do Paraguai e da escravidão (Schwarcz, 1998, p. 319-320). Essas críticas tinham espaço sobretudo em publicações que seguiam o modelo satírico do pasquim, como como o *Ba-ta-clan* e *O Corsário*, que ridicularizavam o imperador e os militares brasileiros (Martins; De Luca, 2012, p. 75), categoria dentro da qual era colocado o Conde d’Eu, esposo da princesa Isabel e genro de Pedro II.

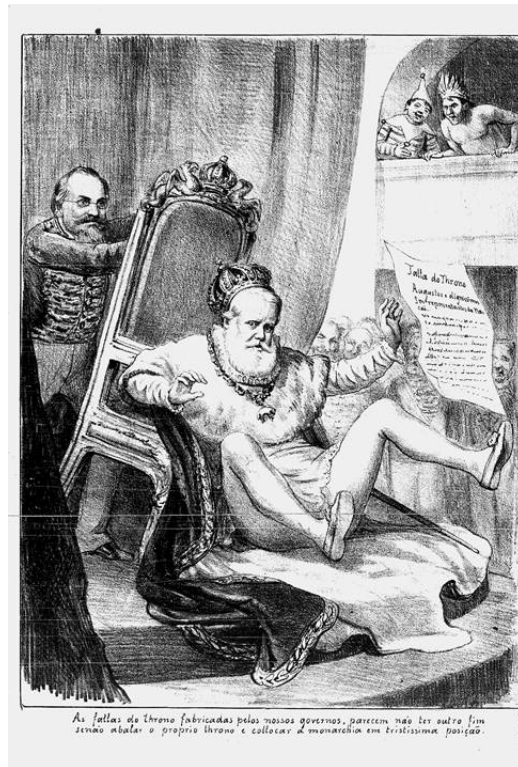
Esse desgaste continuou a acontecer na década de 80, quando não só as ações políticas do imperador continuaram a ser criticadas, mas a sua aparência física e hábitos também ganharam conotação negativa. Nesse período, “em questão estavam a sua personalidade e capacidade de dissimulação, suas pernas finas, a voz estridente; suas viagens, sua mania de erudição, mas sobretudo a sonolência e a formalidade vazia das Falas do Trono” (Schwarcz, 1998, p. 420).

A visão negativa em relação à aparência e às ações de Pedro II circulava também em outro tipo de publicação, que ajudou, por meio de conteúdos satíricos, a minar a imagem do monarca e a favorecer ideais republicanos: as revistas ilustradas. Como exemplo, é possível mencionar a *Revista Ilustrada* fundada em 1876 por Angelo Agostini, que seguia o modelo criado em 1860 por Henrique Fleiuss (Cardoso, 2011) e veiculava muitas críticas ao império por meio da publicação de gravuras, como as que podem ser observadas abaixo:

³ Os textos retirados de periódicos do século XIX tiveram sua ortografia e pontuação atualizada segundo as normas vigentes.

⁴ Sobre periódicos de caráter republicano, ver: Sodré, 1999, p. 202.

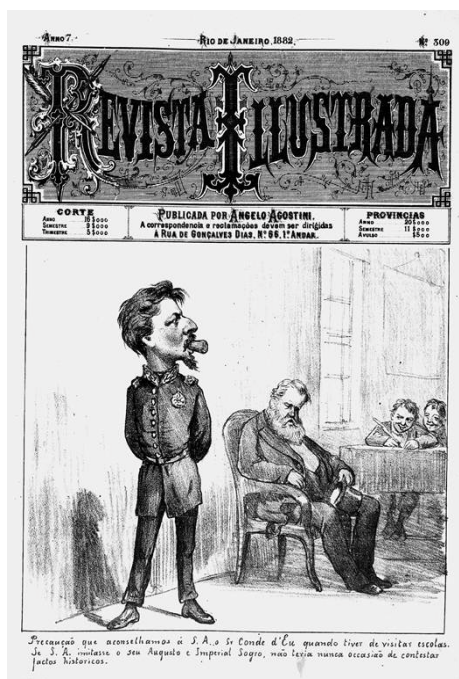
Imagem 1 – As polêmicas falas do trono.



Fonte: *Revista Illustrada*, 1882A, p. 6.

Legenda: “As falas do trono fabricadas pelos nossos governos parecem não ter outro fim senão abalar o próprio trono e colocar a monarquia em tristíssima posição”

Imagem 2 – Ilustrações sobre as visitas de Pedro II aos colégios da Corte.



Fonte: *Revista Ilustrada*, 1882B, p. 1.

Legenda: "Precaução que aconselhamos a S. A. o Sr. Conde d'Eu quando tiver de visitar as escolas. Se S. A. imitasse o seu Augusto e Imperial Sogro, não teria nunca ocasião de contestar factos históricos."

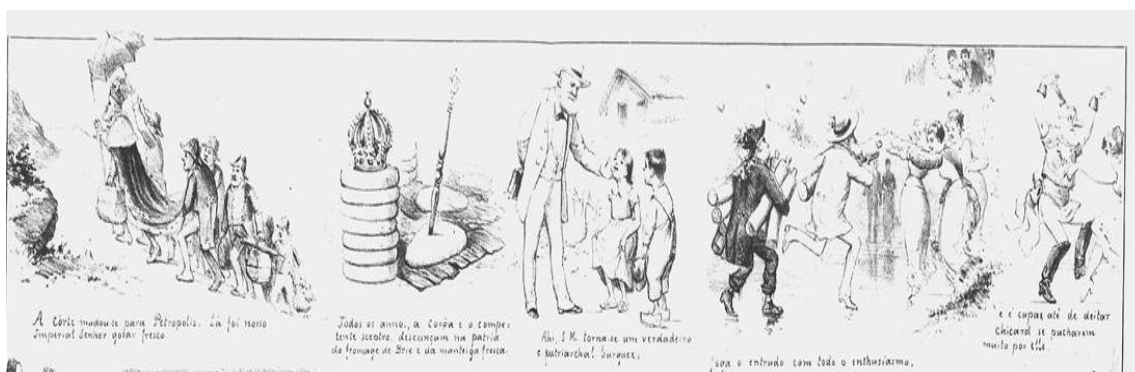
Imagem 3 – O Interesse científico de Pedro II como atraso ao progresso da nação.



Fonte: *Revista Ilustrada*, 1882C, p. 4.

Legenda: “Aqui repousa o progresso político e social do império. Povo, orai por ele!”

Imagem 4 – Custos do imperador em oposição aos problemas enfrentados por seu Império.



Fonte: *Revista Ilustrada*, 1881, p. 4

Legenda: “A Corte mudou-se para Petrópolis. Lá foi nosso Imperial Senhor gozar fresco. Todos os anos, a Coroa [...] descansa na pátria do fromage de Brie e da manteiga fresca. S. M. torna-se um verdadeiro patriarca. Joga o entrudo com todo o entusiasmo”.

É possível observar, a partir das imagens, a crítica a alguns comportamentos e hábitos da monarquia que foram mobilizados para enfraquecer a imagem do imperador e do império ao longo das décadas de 70 e 80. Esses desenhos retratam de maneira exagerada e negativa, por exemplo, a aparência física do monarca e o pequeno interesse que ele demonstrava em compromissos oficiais, como as visitas ao Colégio Pedro II. Além disso, são constantes os ataques aos gastos excessivos da coroa e às visitas do imperador ao palácio de verão da família imperial em Petrópolis, onde o monarca participaria de festas e viveria de maneira confortável enquanto a população carioca convivia com epidemias, pobreza e outros problemas sociais.

Na década de 80, alguns autores, como Raul Pompeia, apropriaram-se dessas visões que já circulavam sobre o imperador para compor suas obras, em que o monarca era representado de maneira satírica. Em seu romance *As Joias da Coroa*, Pompeia aproveitou-se do suporte do jornal e utilizou notícias sobre um crime verdadeiro para criar um enredo em que Pedro II aparece retratado como um vilão. Essa mistura entre realidade e ficção, que foi favorecida pelas batalhas travadas no meio jornalístico da Corte, é um exemplo de como ideias eram transmitidas dos autores aos leitores brasileiros no século XIX.

2 Raul Pompeia, *A Gazeta de Notícias* e o caso real de roubo de joias da Coroa

Raul Pompeia, nascido em 1863, iniciou sua carreira como redator de jornais e escritor na segunda metade do século XIX. O autor provavelmente entrou em contato com ideias republicanas já na década de 1870, quando mudou-se, ainda criança, para o Rio de Janeiro, onde estudou no Colégio Abílio e, a partir de 1879, no Colégio Pedro II. Em 1880, Pompeia publicou seu livro *Uma tragédia no Amazonas* e, em 1881, iniciou o curso de Direito em São Paulo, inserindo-se em meio a um ambiente literário e com ideias reformistas (Capaz, 2001). Também na década de 1880, Pompeia começou a escrever para jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro, como a *Gazeta Literária*, o *Jornal do Comércio* – em que ele assinava os folhetins semanais “Aos Domingos” e “Lembranças da Semana” –, *A Semana* e a *Gazeta da Tarde*. Nesse último periódico, publicou vários contos e algumas meditações sob o título de *Alma Morta* e, para a *Gazeta de Notícias*, escreveu *As Joias da Coroa*, em 1882, e *O Ateneu* em 1888 (Ribeiro, 2006).

A *Gazeta de Notícias* havia sido criada em 1875, dentro do já mencionado contexto de ascensão de ideias republicanas. Seu fundador foi Ferreira de Araújo, e esse periódico se destacava por ser um “jornal barato, popular, liberal, vendido a 40 réis o exemplar” (Sodré, 1999, p. 224). Segundo as informações que constam em sua primeira edição, a gazeta comprometia-se a publicar diariamente “todos os telegramas políticos e comerciais, tanto do país como do estrangeiro” (*Gazeta de Notícias*, 1875, p. 1) e a trazer todos os dias, além de um “folhetim-romance”, também um “folhetim de atualidade”, com informações sobre “artes, literatura, teatros, modas e acontecimentos notáveis” (*Gazeta de Notícias*, 1875, p. 1). Apesar de seu primeiro número também conter a informação de que, por não ser “folha de partido”, o periódico trataria apenas de “questões de interesse geral” (*Gazeta de Notícias*, 1875, p. 1), grande parte de seus colaboradores posicionava-se a favor das causas abolicionista e republicana, como era o caso dos escritores Olavo Bilac, Machado de Assis, Coelho Neto, Paulo Barreto, Ramalho Ortigão, Guilherme Azevedo e o próprio Raul Pompeia (Rodrigues, 2018, p.193-215).

Para escrever *As Joias da Coroa*, Pompeia utilizou como base o imaginário que rondava a figura de Pedro II e as notícias e reportagens sobre um crime real, ocorrido em março de 1882, alguns dias antes do início da publicação do romance. Segundo as informações veiculadas no período, joias pertencentes à imperatriz Teresa Cristina – esposa de Pedro II – e avaliadas em 40\$000 foram roubadas, na madrugada do dia 18 de março de 1882, de dentro do palácio de São Cristóvão, moradia da Família Imperial. Na ocasião do roubo, Pedro II e a imperatriz regressavam de Petrópolis e, ao chegar ao palácio, foram informados de que o desaparecimento das joias teria ocorrido em circunstâncias misteriosas, pois não havia sinais visíveis de arrombamento nas portas do palácios.

Todo o processo de investigação, bem como a falta de prisão dos culpados, foi bastante explorado pelos periódicos do período. *O Jornal do Comércio* apontou a falta de punição como uma falha em cumprir as exigências morais da sociedade; a *Gazetinha* publicou um folheto satirizando o ocorrido; a *Gazeta da Tarde* redigiu duros ataques ao imperador – que, segundo os textos veiculados, teria acobertado o crime –, e *O Mequetrefe* fez publicações zombando o chefe de polícia (Schwarcz, 1998, p. 426-427).

A *Gazeta de Notícias*, jornal de alcance considerável, também fez grandes esforços para trazer, quase todos os dias, notícias sobre o crime e o andamento da investigação. O primeiro texto sobre o roubo foi publicado no dia 19 de março e ganhou espaço de destaque no lado esquerdo da primeira página do periódico. Essa notícia trouxe apenas as informações gerais sobre o caso: a imperatriz, após utilizar suas joias em um compromisso oficial, teria retirado os adornos e encarregado um criado de guardá-los em uma caixa, no interior do palácio, pois ela precisaria partir imediatamente para Petrópolis. Esse criado teria colocado as joias em um armário, mas, no dia seguinte, ao perceber que o móvel estava arrombado, notou que a caixa havia sumido. Imediatamente a polícia foi alertada e descobriu uma corda em uma das janelas, que indicaria um possível caminho de fuga do ladrão – possibilidade logo descartada pelas autoridades, tendo em vista que a corda estava nova e parecia não ter sido utilizada. Por isso, desconfiava-se de que o gatuno deveria conhecer o interior do palácio (*Gazeta de Notícias*, 19 mar. 1882, p. 1).

Nos dias 20 e 21 de março, mais notícias foram publicadas, quase sempre ganhando destaque na primeira página no jornal. Os textos mencionavam, majoritariamente, o processo de investigação, descrevendo, por exemplo, os interrogatórios feitos pelo chefe de polícia, Trigo de Loureiro, com os criados do palácio – que também apareceriam representados na ficção de Pompeia. Na ocasião, permanecia como principal hipótese a de que o roubo teria sido realizado por alguém que conhecia o palácio, o que foi corroborado pelo depoimento de um guarda noturno, que afirmou que, à meia noite, havia visto um indivíduo penetrar o palácio por uma de suas portas laterais, fazendo uso, para isso, de uma chave que trazia consigo (*Gazeta de Notícias*, 20 mar. 1882, p. 1; *Gazeta de Notícias*, 21 mar. 1882, p. 2). Todos esses indícios fizeram com que a polícia suspeitasse de dois empregados do palácio e também de Manuel Paiva, ex-empregado da casa, que haveria sido dispensado após o desaparecimento de outros objetos e de dinheiro, mas que teria continuado a residir dentro da Quinta e saberia a localização do armário com as joias.

⁵ Ver, por exemplo: *Jornal do Comércio*, 21 mar. 1882, p. 1; *Jornal do Comércio*, 19 mar. 1882, p. 1; *Gazeta de Notícias*, 19 mar. 1882, p. 1.

No dia 23, foi divulgada a notícia de que, no interrogatório, a sentinela do palácio reconheceu Paiva como o indivíduo que teria acessado a sala à meia-noite (*Gazeta de Notícias*, 23 mar. 1882, p. 1). Nos dias 24 a 27 de março, foram noticiadas, com o mesmo destaque, as provas encontradas pela polícia que incriminavam Paiva. Durante esses dias, a polícia visitou uma casa que Paiva estava construindo na Quinta da Boa Vista, em um terreno doado a ele pelo imperador, e lá encontrou o restante da corda que havia sido pendurada na janela do palácio para atrapalhar as investigações (*Gazeta de Notícias*, 24 mar. 1882, p. 1). Logo em seguida, as joias foram encontradas enterradas no terreno da casa de Paiva.

As condições da identificação e da recuperação das joias foram detalhadas apenas na edição de 28 de março da *Gazeta*. O texto nela publicado revelou que, no dia 26, o chefe de polícia responsável pelo caso recebeu uma carta anônima, informando o local onde estavam os objetos roubados. Alguns trechos da notícia, que ocupava quatro colunas da primeira página do jornal, foram escritos com um tom jocoso, carregado de ironia:

O Sr. Dr. chefe de polícia, animado de uma perspicácia sem igual, desde logo decidiu prestar inteiro crédito a informação anônima. [...]
Em caminho da quinta imperial o Sr. desembargador chefe de polícia teve uma inspiração divina: passou pela casa de detenção e ali intimou o porteiro a entregar-lhe o detento Manuel de Paiva, indiciado ao crime de roubo das joias (*Gazeta de Notícias*, 28 mar. 1882, p. 1).

Nesse trecho da notícia, bem como nos textos publicados em dias anteriores, é possível identificar vários pontos jocosos que denunciam as inconsistências desse caso de investigação, e que posteriormente seriam mencionados no romance publicado por Raul Pompeia. Em primeiro lugar, há a desconfiança no que se refere à relação entre Paiva e o imperador, que fez com que o funcionário, mesmo após ter roubado objetos do palácio, continuasse a residir na Quinta da Boa Vista. Além disso, questiona-se a competência do chefe de polícia, que confiou em uma carta anônima e recorreu a um disfarce para realizar, ele mesmo, escavações na propriedade de Paiva, tendo como auxiliares apenas um tenente e o próprio acusado, que foi retirado da prisão.

A descrição do descobrimento das joias também é bastante jocosa:

O ativo e disfarçado Sr. chefe de polícia, com os seus companheiros não menos disfarçados nem menos perspicazes, atiraram-se então a um trabalho extraordinariamente fatigante, eles próprios, empunhando instrumentos pesados, entraram a fazer escavações, e pouco depois a sua perspicácia e atividade recebia o justo prêmio de tão árduo e pesado labor [...].
Colombo gritara um dia: *Terra!* Aristóteles dissera: *Eureka!* O Sr. chefe de polícia limitou-se modestamente a afirmar: *Cá estão!* (*Gazeta de Notícias*, 28 mar. 1882, p. 1).

Após relatar a descoberta das joias, o jornal fez uma lista de todos os objetos encontrados, entre os quais estavam broches, brincos e colares de brilhantes, bem como fivelas, insígnias, alfinetes e outros adereços de bastante valor. O chefe de polícia, após prestar contas sobre a descoberta, foi pessoalmente entregar os objetos ao imperador, mas “antes, porém, deu ordem para que fossem pedidos alvarás de soltura para os três indivíduos presos, como indiciados no crime do roubo” (*Gazeta de Notícias*, 28 mar. 1882, p. 1). Assim, nas palavras publicadas no jornal: “uma vez encontradas as joias não havia mais interesse em encontrar os ladrões” (*Gazeta de Notícias*, 28 mar. 1882, p. 1).

A indignação com esse desfecho da investigação ficou ainda mais clara nas colunas seguintes, que se propunham a trazer os “comentários do público” sobre o caso. Em um primeiro momento, o texto trouxe críticas ao chefe de polícia, que não teria motivos para se orgulhar da descoberta, pois apenas haveria seguido as informações de uma carta anônima. Também foi criticado o fato de ele ter ido levar as joias pessoalmente ao imperador, em Petrópolis, o que não aconteceria caso a pessoa afetada não fosse da família imperial (*Gazeta de Notícias*, 28 mar. 1882, p. 1).

Por fim, o texto trazia menção à parte “mais misteriosa do mistério” (*Gazeta de Notícias*, 28 mar. 1882, p. 1), que seria a ordem de soltura de Paiva, ocorrida após evidências do roubo, como a corda e as joias, terem sido encontradas em sua casa e após ele ter indicado para a polícia o local onde havia enterrado os objetos. O jornal trouxe críticas diversas a essa decisão e, ao final do texto, um questionamento: “Agora resta sabermos do Sr. chefe de polícia: as joias foram roubadas e foram encontradas. Foi só até aí que S. Ex. teve ordem de proceder? Deve não procurar encontrar os autores do roubo?” (*Gazeta de Notícias*, 28 mar. 1882, p. 1).

Essa desconfiança em relação ao desfecho do crime logo foi associada à posição do imperador, à sua influência e ao papel que ele teria tido na falta de punição dos responsáveis pelo crime. Algumas das hipóteses veiculadas nos textos publicados questionavam a integridade da polícia, que não seguiu o que estava escrito no Código Penal brasileiro, o que seria um exemplo de como “no Brasil não há legalidade, e que só não estamos nas condições de Dohomey ou Paraguai porque há quem tenha a vontade de passar aos olhos da Europa como liberal, republicano, democrata, livre pensador etc.” (*Gazeta de Notícias*, 29 mar. 1882, p. 1).

No trecho acima, publicado no dia 29 de março, é possível observar uma das críticas diretas que foram feitas à figura de Pedro II e que refletiam também os questionamentos existentes em outros periódicos e ilustrações da época. Com base na recuperação desse tipo de notícia, que circulou por quase dez dias consecutivos na primeira página do jornal, é possível também supor as dúvidas e os questionamentos que ela teria gerado na sociedade do Rio de Janeiro do período.

Os leitores dos jornais, que talvez continuassem curiosos para saber o que exatamente teria ocorrido durante o roubo e a recuperação das joias, não tiveram que esperar muito para receber uma resposta ficcional para esse mistério. No dia 30 de março, apenas 12 dias após o roubo, seria iniciada a publicação seriada, no rodapé da primeira página do jornal, de *As Joias da Coroa*, romance de Raul Pompeia.

Nessa narrativa, o escritor aproveitou-se de uma das características da rubrica folhetim, que permitia a existência de certa permeabilidade entre o fato jornalístico e a ficção (Thérenty, 2015, p. 124) para construir um enredo em que o roubo real e a narrativa encontravam-se tão próximos que, em alguns momentos, é difícil diferenciá-los. No romance, Pedro II, representado por meio do personagem duque de Bragantina, aparece como um grande vilão, que age apenas segundo os seus próprios interesses, não se importa com valores morais ou familiares e acoberta o verdadeiro culpado por meio da sua influência política.

3 A representação negativa do imperador em *As Joias da Coroa*, de Raul Pompeia

No enredo criado por Pompeia, são muitos os elementos de vilania associados ao imperador. O centro da ação do romance é a investigação do roubo das joias da família do Duque de Bragantina, ocorrido no Palácio de Santo Cristo. Um dos responsáveis pelo crime é Pavia, funcionário da quinta e pessoa de confiança do duque, para quem ele aliciava garotas que eram trazidas ao palácio para que seu chefe as violentasse. É o conhecimento desse segredo do nobre que livra Pavia da prisão, pois, por meio dele, ele consegue chantagear o duque, que utiliza a sua influência para corromper o chefe de polícia responsável pelo caso – chamado, na ficção, de Trigo de Loureiro.

A violência física e sexual é uma marca grande da trama e tem quase sempre como causadora o duque. Outro núcleo de personagens da história é formado por um casal de idosos, Januário e Gertrudes, e por sua nora, Emília, viúva de um laçao do palácio. Essa família é responsável pela criação de Conceição, uma menina muito bela e de origem misteriosa que, quando criança, foi entregue a eles com a única condição de que nunca questionassem a sua origem. No final da narrativa, Emília, ao saber que Conceição havia sido levada ao palácio por Pavia para agradar ao duque, revela à duquesa de Bragantina que a garota na verdade é filha biológica do aristocrata e havia sido concebida em uma noite em que sua mãe foi violentada pelo duque. Esse fato revela ao leitor que o nobre estaria prestes a dormir com a própria filha. A duquesa consegue, ao final da história, impedir que isso se realize, pois invade o quarto de Conceição logo após o duque se aproximar do leito da menina.

Nota-se, a partir da descrição do enredo, que Pompeia, por mais que partisse de um acontecimento real para conceber sua história, utilizou como justificativa para o suposto acobertamento do roubo uma situação que tinha o objetivo de disseminar uma imagem negativa do imperador. Por meio do personagem do duque, o autor associou à figura já bastante criticada de Pedro II crimes que vão além da corrupção da polícia e que envolveriam, por exemplo, o abuso sexual de crianças.

Devido à já mencionada dilatação do cotidiano causada pelo romance folhetim e à permeabilidade da barreira que separava o conteúdo ficcional daquele presente nos relatos jornalísticos, é possível que os leitores do período tenham aceitado a hipótese contida no romance para a falta de punição dos ladrões. A isso, somava-se o fato de que, ao longo da narrativa, Pompeia apropriou-se, com frequência, de elementos reais, como as notícias sobre o roubo das joias e as críticas que rondavam a imagem do imperador e da família imperial. Com base nisso, ele foi capaz de compor um *roman à clef*⁶ que o público do jornal poderia desvendar, pois já estava inteirado sobre as notícias e os questionamentos que rondavam o império brasileiro no período.

Os limites entre realidade e ficção já são explorados no primeiro capítulo da narrativa, publicado em um dia em que não houve notícia sobre o roubo das joias na primeira página. Na primeira cena do romance, que começa in medias res, é descrito o momento em que ocorreu a negociação entre Pavia e um funcionário da quinta do duque de Bragantina, chamado Inácio. Os dois conversam sobre um roubo que Pavia desejava cometer e, em um determi-

⁶ Sobre esse tipo de narrativa, ver: Latham, 2009.

nado momento, este último afirma: “Ora, imagine que nos venha daí um bolo de 600 contos... Dar-lhe-ia boa porção. Todos lucraremos maravilhosamente [...]. O êxito é certo... As joias do duque estão depositadas numa sala grande do lance esquerdo do palácio, num armário envidraçado. [...] Aceita ou não aceita?” (Pompeia, 30 mar. 1882, p. 1).

Os leitores do jornal, que haviam acompanhado a sequência de notícias e de textos de opinião sobre o roubo das joias, certamente identificariam os acontecimentos aos quais o capítulo estava se referindo. Afinal, nele há a clara menção a um roubo de joias guardadas em um armário, que haveria ocorrido em um palácio, à noite, e no qual estavam envolvidos funcionários que trabalhavam no local. Todos esses fatos haviam sido mencionados várias vezes no periódico desde o dia 19 de março.

Por meio desse início da narrativa, que se passa durante o planejamento do roubo, Pompeia também apresenta o leitor o ambiente em que o crime foi combinado: “o interior da vasta quinta do duque de Bragantina”, em meio a um “paraíso de bambus” (Pompeia, 30 mar. 1882, p. 1) – descrição que, para os moradores do Rio de Janeiro, poderia ser associada ao Palácio de São Cristóvão e a seus vastos jardins (Nader, 2020). Nessa abertura da narrativa, é exposto também um possível motivo para a falta de punição dos culpados pelo roubo: a posição de confiança que Pavia tinha dentro da família do duque, associada ao abafamento de polêmicas e de escândalos. Esse fato fica claro na fala de um criado a quem ele revela os planos para o roubo: “É exato, o senhor tem dado provas do que é capaz...aquele escandalozinho da rua...que se abafou tão bem, aquela caçada da Milica...Sem a sua habilidade as coisas não iriam tão macias [...]. Ele [o duque] precisa do senhor” (Pompeia, 30 mar. 1882, p. 1).

Digno de nota também é o fato de que Pompeia criou personagens que poderiam ser facilmente reconhecidos pelo público leitor da Gazeta de Notícias. Pavia, empregado corrupto do palácio, poderia ser rapidamente identificado como Paiva, o funcionário que havia assumido, poucos dias antes, a culpa pelo roubo das joias imperiais. A semelhança entre os nomes “Bragantina” e “Bragança” também indicava que o autor fazia referência ao sobrenome do imperador, e a verdadeira identidade desse personagem fica ainda mais clara no capítulo publicado no dia 8 de abril de 1882, em que o narrador descreve a cidade fictícia de Anatópolis. Esse local, localizado em um vale perto de “montanhas alterosas, denteadas, que moldam o firmamento ao longe”, onde “devera existir antes a fita cristalina de um regato, sorrindo aos ventos que a bafejam” (Pompeia, 8 abr. 1882, p. 2), tinha como clara inspiração a cidade de Petrópolis, em que se localizava o palácio de verão de Pedro II. A comparação fica ainda mais identificável quando o narrador menciona que essa cidade seria “a continuação da quinta do duque de Bragantina” e que, quando havia “muito calor no palácio da quinta”, o duque passava a baía de Paranaguá para “buscar refrigério em Anatópolis” (Pompeia, 8 abr. 1882, p. 2).

O público leitor dos jornais republicanos do período muito provavelmente se lembraria das críticas feitas constantemente às viagens do imperador a Petrópolis, no verão, que deixavam a população da corte à mercê de epidemias e de problemas sociais. Além disso, nos textos veiculados no periódico, já havia diversas menções ao fato de que imperador haveria deixado as joias com os criados do palácio porque precisava partir para Petrópolis e, assim como o duque no romance, só ficou sabendo do roubo ao retornar da viagem. A descrição desse personagem aristocrata também tem vários elementos que podem ser associados às imagens caricaturescas de Pedro II veiculadas nos periódicos do período:

Vai todo de branco, coberto por um amplo chapéu de *Chili*, fresco como o vestuário. É de uma estatura bonita e excepcional. É velho. As barbas envolvem-lhe o rosto em flocos admiráveis de nevada brancura. [...] Tem os olhos pequenos e azuis e usa óculos [...].

A roda de amigos que o envolve diz-nos que ele é rico e poderoso; o cumprimento galante à rapariguinha da janela indica-nos que ele é inclinado ao sexo das belas; a sua conversa mostra-nos, pelo objeto, que ele gosta da ciência; pela dissertação, que ele não a cultiva; pelo ar de imposição com que fala, conhece-se que ele não admite obstáculo diante de si.

E tudo é verdade. Herdeiro do sangue orgulhoso de uma extensa cadeia genealógica de requintada fidalguia, nasceu o duque da Bragantina com todas as predisposições para o mando. Seu pai foi um cavalheiro educado nas páginas dos *Lusíadas* [...]. A fortuna do duque era colossal. Facilitava-lhe uma vida principesca (Pompeia, 8 abr. 1882, p. 2).

Com base nessa descrição, é possível identificar vários elementos que a imprensa associava à figura de Pedro II e que estão presentes, por exemplo, nas imagens veiculadas na *Revista Ilustrada*: as barbas brancas, a altura, os olhos azuis, o falso interesse pelo cultivo da ciência, a herança portuguesa no sangue e nos modos, bem como os gastos exacerbados. Já está indicada aqui, também, a sua inclinação pelas “rapariguinhas”, que é um dos elementos responsáveis pelo posterior desenrolar do enredo. Outro ponto levantado é o da sua herança do sangue português e das características de seu pai, Pedro I, cujas decisões políticas também eram bastante criticadas (Schwarcz, 1998).

Outro personagem associado a uma pessoa real é o “ativo e enérgico sr. dr. Louro Trigueiro” (Pompeia, 9 abr. 1882, p. 2), que representa Trigo Loureiro, o chefe de polícia responsável pelo caso real de roubo, cuja atuação havia sido muito criticada na *Gazeta de Notícias* nos dias anteriores ao início do folhetim. No romance, esse chefe de polícia, além de ter se mostrado desinteressado pela investigação, também cedeu a todas as suposições e ideias expressadas pelo duque. A incompetência de Trigueiro pode ser observada no diálogo abaixo, que retrata o interrogatório de Inácio:

O duque tomou a palavra:

— Quem foi que ontem fez o fechamento do lance esquerdo do palácio?

O criado titubeou dois segundos e respondeu com uma voz trêmula:

— Eu...

— E por que deixou abertas as três janelas?

— As janelas estavam cerradas... supus que os trincos estivessem corridos.

— Supôs?... Devia ter verificado...

— Devia! — disse o chefe de polícia.

— Devia!... — gritou o marquês d’Etu, que acompanhava com grande interesse o interrogatório...

— Suspeito muito desse descuido... — falou o senhor de Bragantina.

— Eu também... — ajudou o chefe de polícia, como quem diz *ora pro nobis*.

— Também eu! — tornou a gritar o príncipe dos cortiços.

— Sr. dr. Louro — disse o duque —, este criado deve ser detido como suspeito...

— Assim me parece... (Pompeia, 21 abr. 1882, p. 2)

Nesse trecho do romance, o autor deixa claro que quem conduziu o interrogatório e decidiu prender Inácio foi o duque e que o chefe de polícia apenas seguia cegamente as orien-

tações do aristocrata. Isso fica mais uma vez visível em uma cena do capítulo veiculado no dia 24 de abril de 1882, em que chefe de polícia afirma, ao conversar com o duque:

Deixo tudo nas poderosas mãos de V. Exa. [...] Confesso a minha impotência neste emaranhado negócio. Diante de certas dificuldades, não há remédio senão confessar-se a gente obtuso. [...] Mas o que para mim é um obstáculo pode não sê-lo para a perspicácia de Vossa Excelência... Realmente entre nós, permitindo a familiaridade, entre nós há a distância que vai de soberbo carvalho para o débil trigo... Desde que Vossa Excelência deseja honrar a polícia, revestindo-se do caráter dela, nada mais tenho a fazer do que curvar-me à imerecida honraria e fico inteiramente sossegado. Há de fazer o carvalho o que não pôde o trigo (Pompeia, 24 abr. 1882, p. 2).

Com esse diálogo, são retomadas as críticas ao andamento da investigação e à atuação de Loureiro no caso, denunciando a corrupção da polícia, que se deixou influenciar pela opinião e pelos apontamentos do imperador. Também é por esse motivo que o personagem Pavia é preso, após o duque indicar ao chefe de polícia que desejava sua prisão e Trigueiro acatar essa decisão sem maiores questionamentos. Posteriormente, Pavia também seria solto devido à vontade do aristocrata, pois, após o encontro deste último com a garota Conceição (que ele descobre ser sua filha ilegítima) ter sido frustrado, ele tem medo de que Pavia vá revelar ao público seu envolvimento no sequestro de crianças e manipula novamente a polícia. É isso o que se observa na cena a seguir, descrita no último capítulo do romance:

O sr. de Bragantina, profundamente abalado com a surpresa que tivera em casa de Pavia, temia que a permanência deste em detenção desse lugar a comentários, os quais, somando-se aos murmúrios necessariamente provocados pelo procedimento da duquesa, levantariam um rumor terrível ao redor do seu nome...
— Participe ao Pavia, disse rapidamente o duque ao chefe de polícia, que, daqui a sete dias, ele está livre e virá desenterrar as joias... É só o tempo de se buscar provas de culpabilidade ou de inocência... Isto é o que o senhor dirá, se por acaso algum estranho perguntar por que estiveram presos tão pouco tempo... Por fim de contas, não foram as provas que fizeram conhecer-se o criminoso... Foi uma suspeita que ninguém teria o direito de levantar... A polícia fui eu (Pompeia, 1 maio 1882, p. 2).

Ao associar crimes como esses a um personagem com características muito semelhantes às do imperador, Pompeia criou uma narrativa que reflete o desgaste da imagem do monarca que estava em andamento especialmente a partir da década de 1870. Afinal, por meio da publicação desse romance, ele conseguiu pontuar negativamente vários aspectos relacionados ao império, como os gastos exacerbados do imperador, seu descaso com a população e sua falsa figura de homem culto. Além disso, o autor retomou acusações de que a polícia da Corte era corrupta e oferecia à família imperial benefícios que não existiam em casos normais de roubo, quando as vítimas e os culpados não pertenciam à aristocracia – apontando, assim, para a desigualdade existente na sociedade brasileira.

4 Considerações finais

Motivado por ideais republicanos, Raul Pompeia construiu, em *As Joias da Coroa*, um romance capaz de atrair o interesse de seu público ao misturar elementos reais e ficcionais para veicular hipóteses sobre um acontecimento público de grande repercussão. Toda a construção que Pompeia fez de seu enredo, de seus personagens e dos ambientes em que a história se passa podem ter colaborado para as críticas à figura do imperador e às suas ações que circulavam no período, especialmente na imprensa que apoiava o movimento republicano.

Além disso, ao se apropriar de um crime real, que gerou amplas discussões sobre a integridade do monarca, mesclando-o a um contexto ficcional também relacionado às ideias de oposição a Pedro II, esse escritor brasileiro elaborou um romance-folhetim que tinha várias das características associadas a esse gênero literário, exemplificando seu funcionamento no Brasil da segunda metade do século XIX. Afinal, suas estratégias para prender a atenção dos leitores durante 25 números do jornal são próprias desse tipo de publicação. Entre elas, é possível mencionar o corte de cenas em momentos de mistério, ocorridas normalmente no período da noite,⁷ e o aproveitamento de “estórias de amores contrariados, paternidades trocadas, filhos bastardos, heranças usurpadas, todas elas seguidas de duelos, raptos, traições, assassinatos e prisões” (Nadaf, 2009, p. 121-122). Acontecimentos como esses funcionavam como “geradores de idas e vindas, e de muita tensão”, que normalmente eram “acrescidos de um recheio extraído do próprio *habitat* e dos conflitos da vida doméstica do público consumidor, elevando ainda mais sua carga emotiva” (Nadaf, 2009, p. 122).

Assim, além de revelar a permeabilidade entre realidade e ficção em publicações folhetinescas e de ser um exemplo do grande espalhamento de ideias republicanas na corte na segunda metade do século XIX, a narrativa demonstra o quanto o mercado livreiro brasileiro estava vinculado a um circuito transnacional de publicação de romances (Abreu, 2016). Esse mercado permitia não apenas que narrativas estrangeiras publicadas na Europa fossem rapidamente traduzidas para o português e disponibilizadas aos leitores do Brasil, mas também que as estratégias que faziam parte desse tipo de publicação seriada fossem apropriadas por autores brasileiros e utilizados para servir aos interesses de grupos sociais e políticos no momento que estava sendo vivenciado pelo império naquele período.

Por esse motivo, a compreensão do contexto histórico e político em que obras literárias foram publicadas, bem como do suporte em que a sua primeira publicação ocorreu, representam uma importante fonte de indícios sobre as leituras e interpretações que elas podem ter favorecido em sua época. No caso de Pompeia, sua narrativa já anunciava um aumento vertiginoso de ideias contra a coroa que circulavam amplamente no Rio de Janeiro oitocentista, que culminaria na queda do império brasileiro naquela mesma década.

⁷ A mesma estratégia de descrever cenas escuras, que favoreciam a conversa sobre acordos secretos, foi utilizada, por exemplo, na publicação da narrativa *Os Mistérios de Paris*, de Eugène Sue. Sobre o assunto, ver: Kalifa, 2014.

Referências

- ABREU, Márcia. (org.). *Trajetórias do Romance: circulação, leitura e escritas nos séculos XVIII e XIX*. Campinas: Mercado de Letras, 2008.
- ABREU, Márcia. (org.). *Romances em movimento: a circulação transatlântica dos impressos (1789-1914)*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2016.
- CAPAZ, Camil. *Raul Pompeia: biografia*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2001.
- CARDOSO, Rafael. Projeto gráfico e meio editorial nas revistas ilustradas do Segundo Reinado. In: KNAUSS, Paulo; MALTA, Marize, OLIVEIRA, Cláudia de ; VELLOSO, Monica.. (org.). *Revistas Ilustradas: modos de ler e ver o Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Mauad, 2011. p. 17-40.
- CHARTIER, Roger. *A Ordem dos Livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 2 ago. 1875. p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_01&pagfis=1. Acesso em: 20 dez. 2025.
- Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 20 mar. 1882. p. 1. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=3458. Acesso em: 20 dez. 2025.
- Itanhaém, marquês de. Relatório do Tutor de Sua Majestade Imperial e Altezas. *Correio Oficial*, Rio de Janeiro, 27 maio 1839. p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=749443&Pesq=roque%20schuch&pagfis=6974>. Acesso em: 16 dez. 2025.
- KALIFA, Dominique. Os lugares do crime: topografia criminal e imaginário social em Paris no século XIX. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 28, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/4dvWt-mLR4ttzvZXn85Rmp3y/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 20 dez. 2025.
- LATHAM, Sean. *The Art of Scandal: Modernism, Libel Law, and the Roman à clef*. New York: Oxford University Press, 2009.
- MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2012.
- MENDES, Maria Lúcia Dias. Romances-folhetins sem fronteiras: o caso de Alexandre Dumas. *Trajetórias do Romance: circulação, leitura e escritas nos séculos XVIII e XIX*. Campinas: Mercado de Letras, 2008. p. 223-253.
- MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- NADAF, Yamin. O romance-folhetim no Brasil: um percurso histórico. *Letras*, Santa Maria, v. 19, n. 2, p. 119-138, 2009. DOI: <https://doi.org/10.5902/2176148512014>.
- NADER, Karoline Rodrigues. *O Paço de São Cristóvão revelado: contribuição para a história da arquitetura no Brasil*. 2020. 188 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e das Técnicas de Epistemologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020.
- O roubo no paço. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 29 mar. 1882. p. 1. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&pagfis=3496. Acesso em: 27 jan. 2026.

- POMPEIA, Raul. As Joias da Coroa. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 30 mar. 1882. Folhetim, p. 1. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&id=1410701675488&pagfis=3500. Acesso em: 27 jan. 2026.
- POMPEIA, Raul. As Joias da Coroa. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 8 abr. 1882. Folhetim, p. 2. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&id=1410701675488&pagfis=3538. Acesso em: 27 jan. 2026.
- POMPEIA, Raul. As Joias da Coroa. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 9 abr. 1882. Folhetim, p. 2. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&id=1410701675488&pagfis=3542. Acesso em: 27 jan. 2026.
- POMPEIA, Raul. As Joias da Coroa. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 21 abr. 1882. Folhetim, p. 2. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&id=1410701675488&pagfis=3596. Acesso em: 27 jan. 2026.
- POMPEIA, Raul. As Joias da Coroa. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 24 abr. 1882. Folhetim, p. 2. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&id=1410701675488&pagfis=3612. Acesso em: 27 jan. 2026.
- POMPEIA, Raul. As Joias da Coroa. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 1 maio. 1882. Folhetim, p. 2. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&id=5630707174603&pagfis=3642. Acesso em: 27 jan. 2026.
- Proclamação dos Representantes da Nação Brasileira, dirigida ao Povo do Brasil, motivando a causa da Gloriosa Revolução operada no Governo do Brasil no dia 7 de abril de 1831. *Diario Mercantil ou Novo Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 11 abr. 1831, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_02&pesq=monarca&pasta=ano%20183&pagfis=1503. Acesso em: 15 dez. 2025.
- Revista Ilustrada*, Rio de Janeiro, ano 6, n. 236, p. 4, 1881.
- Revista Ilustrada*, Rio de Janeiro, ano 7, n. 283, p. 4, 1882a.
- Revista Ilustrada*, Rio de Janeiro, ano 7, n. 309, p. 1, 1882b.
- Revista Ilustrada*, Rio de Janeiro, ano 7, n. 314, p. 4, 1882c.
- RIBEIRO, José Alcides. Raul Pompeia e a ficção nos jornais: ironia, humor e visualidade. *Revista USP*, São Paulo, n. 72, p. 129-142, dez./fev. 2006/2007. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.voi72p129-142>.
- RODRIGUES, Rita de Cássia Lamino de Araújo. *Gazeta de Notícias: Jornal Fomentador da Cultura e da Literatura Portuguesa no Rio de Janeiro*. Letras Escreve, Macapá, v.8, n.1, p. 193-217, 2018. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscaador.html?task=detalhes&source=all&id=W2892993144>. Acesso em: 27 jan. 2026.
- Roubo no Paço de S. Cristóvão. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 19 mar. 1882, p. 1. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&pesq=Roubo%20joias%20coroa&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=3452. Acesso em: 27 jan. 2026.
- Roubo no Paço de S. Cristóvão. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 23 mar. 1882, p. 1. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&id=1410701675488&pagfis=3470. Acesso em: 27 jan. 2026.

Roubo no Paço de S. Cristóvão. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 24 mar. 1882. p. 1. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&id=1410701675488&pagfis=3474. Acesso em: 27 jan. 2026.

Roubo no Paço de S. Cristóvão. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 21 mar. 1882. p. 2. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=3462. Acesso em: 20 dez. 2025.

Roubo no Paço de S. Cristóvão. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 28 mar. 1882. p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&pagfis=3492. Acesso em: 20 dez. 2025.

Roubo no Paço Imperial. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 21 mar. 1882. p. 1-2. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_07&pesq=Roubo%20joias%20ocoroa&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=5221. Acesso em: 27 jan. 2026.

Roubo no Paço Imperial. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 22 mar. 1882. p. 1. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_07&pesq=Roubo%20joias%20ocoroa&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=5229. Acesso em: 27 jan. 2026.

SCHWARCZ, Lilia. *As Barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia Das Letras, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

THÉRENTY, Marie-Ève. *O longo e o cotidiano: sobre a dilatação midiática dos romances nos séculos XIX e XX*. *Revista Interfaces*, v. 22, n. 1, p. 117-136, 2015.